O que Kardec desejava para o futuro do Espiritismo: Organização, Unidade e Colaboração

Quando Allan Kardec publicou O Livro dos Espíritos em 1857, não inaugurava uma religião, mas lançava as bases de uma ciência de observação dos fenômenos espirituais, acompanhada de uma filosofia moral. Desde o início, preocupou-se não apenas com o presente da Doutrina, mas também com sua continuidade futura. Kardec sabia que sua obra deveria sobreviver à sua pessoa e ao seu tempo, e por isso delineou de forma clara qual deveria ser a organização do Espiritismo.

Três textos são fundamentais para compreendermos esse projeto: o artigo "Organização do Espiritismo" (Revista Espírita, dezembro de 1861), o artigo "Constituição Transitória do Espiritismo" (Revista Espírita, dezembro de 1868) e os capítulos finais de O Livro dos Médiuns, onde se trata da constituição dos grupos e sociedades espíritas.

1. O método espírita e a base doutrinária

Antes de falar de organização, Kardec estabeleceu um método científico que deveria reger o Espiritismo. Esse método tinha duas balizas:
– O controle universal do ensino dos Espíritos: a verdade não poderia se apoiar em uma comunicação isolada, mas deveria ser confirmada por múltiplas mensagens obtidas em diferentes lugares e por médiuns diversos.
– A razão e o bom senso como juízes supremos: qualquer teoria ou revelação deveria ser confrontada com a lógica e com o conjunto da Doutrina.
Esse critério garantiria a unidade de princípios, não por imposição de autoridades humanas, mas pela universalidade e pela comparação. É esse mesmo espírito que guiará as propostas organizacionais posteriores.

2. Os grupos como base do Espiritismo

Em O Livro dos Médiuns (cap. XXIX e XXX), Kardec descreve a importância dos grupos e sociedades espíritas. Para ele, a verdadeira solidez do Espiritismo viria da multiplicação de pequenos núcleos sérios, onde reinasse o estudo, a ordem e a moralidade.

Ele afirmava ser preferível ter "cem grupos de dez a vinte adeptos" em uma cidade do que uma única sociedade numerosa, sujeita a vaidades, disputas e personalismos. Nos pequenos grupos, cria-se um ambiente de confiança, seriedade e disciplina, onde os fenômenos podem ser observados com rigor e os erros corrigidos mais facilmente.

Essa visão já revela a lógica descentralizadora de Kardec: a Doutrina não deveria depender de uma única instituição ou liderança, mas da rede de grupos autônomos espalhados pelo mundo.

3. Organização pela solidariedade (1861)

No artigo "Organização do Espiritismo", publicado na Revista Espírita de dezembro de 1861, Kardec amplia essa concepção. Ele reconhece que, à medida que o Espiritismo se expandia, era necessário criar uma forma de união entre os grupos.

Mas essa união não se faria pela centralização, e sim pela solidariedade:
— Os grupos deveriam manter sua independência completa.
— A ligação entre eles se daria pelo intercâmbio de observações e resultados.
— O confronto dos dados garantiria a segurança contra erros e mistificações.
Assim, a unidade do Espiritismo não dependeria de uma cúpula diretora, mas da comunhão de método e de princípios. Eis o propósito da Rede de Reconstituição do Espiritismo.

4. A constituição transitória (1868)

Já no artigo "Constituição Transitória do Espiritismo", publicado na Revista Espírita de dezembro de 1868, Kardec propõe uma forma mais ampla de articulação. Ele fala da necessidade de comitês centrais, que reuniriam as

contribuições dos grupos locais e serviriam como organismos de ligação.

Esses comitês, contudo, não teriam autoridade doutrinária. Seu papel seria:
— Receber, organizar e difundir as observações dos grupos;
— Apoiar a propagação e a defesa da Doutrina;
— Facilitar a solidariedade entre diferentes regiões;
— Auxiliar em aspectos práticos e administrativos.

Kardec chega a usar a expressão “constituição transitória” porque sabia que a organização deveria evoluir com o tempo, mas sempre mantendo o princípio fundamental: a direção coletiva, e nunca pessoal.

Ele temia que a centralização em torno de indivíduos ou instituições únicas abrisse caminho para desvios, fanatismos e adulterações. A força do Espiritismo residiria justamente na pluralidade de grupos e na unidade de método.

5. Desafios previstos e desvios posteriores

Kardec foi advertido diversas vezes pelos Espíritos sobre os riscos que a Doutrina correria após sua morte. Em várias comunicações, alertava-se sobre “falsos profetas”, “mãos amigas” e tentativas de desviar o Espiritismo de suas bases.

Infelizmente, a história confirmou esses receios: após 1869, vimos o surgimento de adulterações, como a 5ª edição modificada de A Gênese, e a tentativa de transformar o Espiritismo em uma religião institucionalizada, com estruturas hierárquicas e centralizadoras (Federação Espírita Brasileira é o exemplo máximo dessa tentativa, infelizmente bem-sucedida, por conta da ausência de estudo da obra de Kardec). A criação de entidades que se autoproclamaram representantes oficiais do Espiritismo, ignorando a proposta de descentralização, representou um afastamento claro do projeto kardeciano.

6. O verdadeiro desejo de Kardec

Ao juntar essas peças, o que se revela é um projeto coerente e lúcido:
— O Espiritismo não teria papas nem sacerdotes.
— A força da Doutrina estaria na rede de grupos autônomos, dedicados ao estudo e à observação.
— A unidade se preservaria pelo controle universal do ensino dos Espíritos e pela

comparação dos resultados.
— Os comitês centrais seriam apenas instrumentos de ligação e apoio, jamais autoridades.
— A direção deveria ser coletiva, descentralizada e progressiva, fiel à ciência espírita.

O futuro do Espiritismo, segundo Kardec, dependeria da colaboração solidária entre todos aqueles que o estudam e praticam, sem pretensão de monopólio ou supremacia.

Rede de Reconstituição do Espiritismo

O que Kardec desejava para o futuro do Espiritismo era uma organização que refletisse a própria natureza da Doutrina: livre, progressiva, racional e descentralizada. Ele sabia que o perigo maior não vinha dos ataques externos, mas da tentação de centralizar, de impor dogmas, de substituir a observação pela autoridade.

Sua proposta, registrada em 1861, 1868 e no Livro dos Médiuns, permanece como um guia seguro: o Espiritismo deve avançar pela colaboração de todos, em todos os lugares, sob a vigilância constante da razão e do controle universal.